

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE COLONIALISMO BRASILEIRO

### CONSIDERATIONS ON BRAZILIAN COLONIAL PROCESS

Jairo Marchesan<sup>1</sup>

Patricia Minini Wechinewsky Guerber<sup>2</sup>

João Ricardo Licnerski<sup>3</sup>

#### RESUMO

Embora muitos estudiosos tenham analisado o processo de colonialismo político, econômico e social brasileiro, a temática é de interesse dos autores, bem como, oportuna e necessária para compreender o processo da constituição social, política e econômica da sociedade brasileira. O artigo aborda o processo de colonialismo no Brasil e suas implicações históricas, sociais e econômicas, ressaltando como esse fenômeno moldou a estrutura social brasileira e continua a impactar o país. Utilizando o método dialético e uma abordagem bibliográfica, a pesquisa investiga o colonialismo a partir de seu objetivo de analisar o processo de colonialismo brasileiro e suas implicações históricas, sociais e econômicas, evidenciando como esse fenômeno continua a impactar negativamente a sociedade brasileira. O problema de pesquisa questiona de que maneira o colonialismo, ao longo de suas fases, influenciou as estruturas socioeconômicas do país, e como a decolonialidade pode contribuir para a compreensão desse processo. Este artigo alinha-se à proposta do Dossiê Temático “Desafios para a constituição de uma epistemologia política do desenvolvimento à luz das experiências brasileiras e moçambicanas no contexto de emergências geopolíticas”, Linha 1 de Pesquisa, intitulada “A herança colonial brasileira e seu impacto na constituição de um projeto de desenvolvimento nacional”. A conclusão reforça que as marcas do colonialismo permanecem visíveis na sociedade brasileira, tanto em nível estrutural quanto nas relações de poder. O estudo ressalta a relevância

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Civil, Sanitária e Ambiental (PMPECSA) da Universidade do Contestado (UNC). Santa Catarina. Brasil. E-mail: [jairo@unc.br](mailto:jairo@unc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9346-0185>

<sup>2</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade do Contestado (UNC). Santa Catarina. Brasil. E-mail: [patricia.mw@professor.unc.br](mailto:patricia.mw@professor.unc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8381-5867>

<sup>3</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade do Contestado (UNC). Santa Catarina. Brasil. E-mail: [licnerman@gmail.com](mailto:licnerman@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7233-8547>

de se compreender essas dinâmicas históricas, e sugere que as heranças coloniais são um campo fértil para investigações acadêmicas, auxiliando a entender as complexidades das transformações geopolíticas atuais.

**Palavras-chave:** colonialismo; dependência; neocolonialismo; decolonialidade.

### ABSTRACT

Although many scholars have discussed, written about, and analyzed the process of Brazilian political, economic, and social colonialism, this theme is of interest to the authors of this article and is always recurring, timely, and necessary for reviewing and understanding the process of the social, political, and economic constitution of Brazilian society. The article addresses the process of colonialism in Brazil and its historical, social, and economic implications, highlighting how this phenomenon shaped Brazilian social structure and continues to impact the country. Using the dialectical method and a bibliographic approach, the research investigates colonialism from the perspective of analyzing the Brazilian colonial process and its historical, social, and economic implications, showing how this phenomenon continues to negatively impact Brazilian society. The research problem questions how colonialism, throughout its phases, influenced the country's socioeconomic structures, and how decoloniality can contribute to understanding this process. This article aligns with the proposal of the Thematic Dossier "Challenges for the Constitution of a Political Epistemology of Development in Light of Brazilian and Mozambican Experiences in the Context of Geopolitical Emergencies," especially Research Line 1, titled "The Brazilian Colonial Heritage and Its Impact on the Constitution of a National Development Project." The conclusion reinforces that the marks of colonialism remain visible in Brazilian society, both at the structural level and in power relations. The study highlights the relevance of understanding these historical dynamics and suggests that colonial legacies are a fertile field for academic investigations, helping to understand the complexities of current geopolitical transformations.

**Key words:** colonialism; dependency; neocolonialism; decoloniality.

**Artigo recebido em:** 17/09/2024

**Artigo aprovado em:** 05/12/2024

**Artigo publicado em:** 07/02/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v12.5656>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de colonialismo europeu influenciou determinantemente na formação das sociedades latino-americanas, particularmente no Brasil, onde a exploração dos bens naturais (flora, solos, fauna, água, etc.) e a escravização de povos nativos e africanos constituíram e moldaram aspectos e características do tecido político, social e econômico do país. O legado do colonialismo persiste em diversas características, refletido nas estruturas de poder, na concentração de terras e nas relações sociais, políticas e econômicas, marcadas pelas diferenças e subordinações de povos e pela exclusão socioeconômica.

Este estudo busca investigar essas dinâmicas, compreendendo como as heranças coloniais continuam a impactar negativamente sobre a realidade brasileira. Além disso, explora o conceito de decolonialidade como possibilidade de interpretação, compreensão e análise. Para tanto, o objetivo geral deste artigo é analisar o processo de colonialismo brasileiro e suas implicações históricas, sociais e econômicas, evidenciando como esse fenômeno continua a impactar a sociedade brasileira.

Para alcançar esse propósito, adotou-se o método de pesquisa dialético, que permite investigar a realidade social em sua totalidade, considerando as contradições históricas e estruturais que permeiam o fenômeno do colonialismo. O estudo se caracteriza por ser de natureza bibliográfica, fundamentado em uma revisão crítica de obras teórico-conceituais e históricas do colonialismo e decolonialismo que abordam essas temáticas, bem como, na realidade e suas consequências que se apresentam.

O problema de pesquisa que orienta este estudo relaciona-se ao seguinte questionamento: Como o colonialismo, nas suas diversas fases, influenciou a formação das estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil, e de que maneira o conceito de decolonialidade pode contribuir para a compreensão e possibilidades de superação dessas estruturas?

Nesta direção, recorreremos ao geógrafo brasileiro Milton Santos, que afirma: “[...] nós não mudaremos o mundo, mas, podemos mudar o modo de vê-lo” (1997, p. 26).

O artigo está dividido em duas seções principais. Na primeira, aborda-se as origens e os mecanismos que originaram e sustentam o colonialismo no Brasil, com ênfase na exploração dos bens naturais, a escravização de povos indígenas e africanos e a instituição de uma matriz econômica agroexportadora.

Posteriormente, na segunda seção, discute-se os estudos decoloniais, explorando o conceito de decolonialidade como uma ferramenta teórica para compreender e questionar as estruturas de poder herdadas do colonialismo, propondo uma reflexão crítica da realidade e apontando para possibilidades de superação dessas situações no Brasil.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para compreender a sociedade brasileira atual, uma das possibilidades é recorrer à ciência historiográfica. Deste modo, a História, como ciência, possibilita investigar, conhecer, analisar, interpretar e melhor compreender os interesses e as relações de poder estabelecidas no decorrer do tempo e do espaço no Brasil. Nesta direção, Milton Santos (1997, p. 10-11) afirma que

Para apreender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas as categorias que ele nos legou [...]. Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há ‘fatos’. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não

estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é.

Assim, para a compreensão do processo de colonialismo, é importante remetermos à etimologia da palavra, que, segundo o Novo Dicionário Aurélio (Ferreira, 1986, p. 432), é “De colonial + ismo. Sistema ou orientação política tendente a manter sob domínio, inclusive econômico, as possessões de determinado Estado”.

Deste modo, denota-se que o colonialismo pode ser entendido como a constituição de um sistema político, social e, sobretudo, econômico, conduzido ou não pelo Estado; ou ainda, por interesses de grupos econômicos, tradicionalmente compostos por mecanismos de ludibriação, dominação, subordinação, opressão e exploração de povos, inclusive com o uso de violência psicológica e física. Paralelamente, está também associado à saqueação de bens naturais de determinado território.

Nesta direção, o Continente Americano, por exemplo, tem e é marcado por aproximadamente 500 anos de intenso, extenso e violento processo de colonialismo europeu. Sobre o colonialismo, Sachs (2000, p. 366) assim se manifesta:

O colonialismo europeu tem-se ocupado em devastar as culturas centradas no lugar e impondo-lhes valores centrados no espaço. Em ondas sempre renovadas e em todos os cinco continentes, os colonialistas têm sido terrivelmente inventivos em saquear os povos de seus deuses, suas instituições e seus tesouros naturais.

No processo de colonização europeia do Brasil, primeiramente portuguesa, e, posteriormente, por outros países, o país foi e continua sendo marcado por relações humanas de violência, concentração da terra e da renda e, conseqüentemente, pela segregação social, política e econômica. A origem disso está vinculada a determinadas organizações políticas, sociais e, principalmente, econômicas, também denominadas classes minoritárias e dominantes, que se reproduzem e se mantêm no poder, cujas

práticas incluem crescente acumulação a qualquer custo, sem piedade da natureza e da maior parte da população humana. Para o Geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 24-25),

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio de povos indígenas e da escravização para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a consequente desorganização das sociedades originárias, e a exploração de seus recursos naturais por todo o lado (ecocídio).

Segundo Dean (1997, p. 59), quando os portugueses aportaram em território brasileiro, em 22 de abril de 1500, um de seus primeiros atos, que se firmou como um dos marcos históricos do início do processo de colonialismo, foi o de derrubar uma árvore e do seu tronco fazer uma cruz, que, para eles, representava o símbolo da “salvação” da sociedade humana. No caso, a isso também estão implícitas relações de exploração da natureza e, paralelamente, da ilusão, inclusive psicológica, por meio da imposição de uma religião profundamente alheia aos povos nativos daqui.

Deste modo, desde o início do colonialismo brasileiro os portugueses imprimiram relações extrativistas, fundamentadas na derrubada e queima da vegetação nativa, especialmente da árvore que se tornou, mais tarde, o símbolo do país: o pau-brasil. Paralelamente a isso, ocorreu a exploração humana por meio do processo de escravização dos nativos e, posteriormente, dos negros trazidos do Continente Africano. Assim, mediante a mentalidade colonizatória e exploratória europeia da época, o extrativismo foi se tornando crescente, às custas do trabalho escravo e da exploração e destruição dos bens naturais disponíveis.

Na perspectiva colonizatória, desmatar um território, retirar a madeira e quiçá, cultivá-lo, significava dominá-lo, sujeitá-lo, “humanizá-lo”, ou seja, afirmar a supremacia antropocêntrica e eurocêntrica de uma certa civilização sobre os elementos naturais e os seres humanos. Assim, esta concepção justifica a profunda interação do

processo de humanização que se deu através de uma relação de exploração e de violência sobre os bens naturais, entre eles, as matas, primeiramente como condição de existência e sobrevivência, e, posteriormente, no decorrer do processo do modelo capitalista, como condição para a acumulação econômica.

Durante quatro séculos, primeiramente e sobretudo os portugueses, e, posteriormente, outros povos europeus, guiados por uma racionalidade política e econômica do colonialismo de matriz europeia, pautados e aliados pelo poder estatal e religioso do catolicismo, imprimiram sobre o Brasil um intenso processo extrativista, amparado no trabalho escravo, no latifúndio e na economia agroexportadora.

Assim, Portugal, na condição de metrópole, impôs às suas colônias práticas econômicas extrativistas, calcadas na exploração dos bens naturais e assentadas no imperativo de rendas e lucros derivados da extração dos referidos bens, dentre eles pau-brasil, minérios, entre outros produtos e riquezas (Tremly; Bazzanella; Marchesan, 2021).

Milton Santos (2001, p. 40), acerca desta questão, contribui com o debate afirmando que

Por intermédio da política, cada país imperial regulava a produção própria e a das suas colônias, o comércio entre estas e os outros países, o fluxo de produtos, mercadorias e pessoas, o valor do dinheiro e as formas de governo. O famoso pacto colonial acabava por compreender todas as manifestações da vida histórica e os equilíbrios no interior de cada império se davam paralelamente ao equilíbrio entre as nações imperiais. De algum modo, a ordem internacional era produzida por meio da política dos Estados. Dentro de cada país, a compartimentação e a solidariedade presumiam a presença de certas condições, todas praticamente relacionadas com o território: uma economia territorial, uma cultura territorial, regidas por regras, igualmente territorializadas, na forma de leis e de tratados, mas também de costumes.

Assim, os primeiros ciclos econômicos brasileiros fundaram-se na exploração da madeira, do pau-brasil, da mineração e da produção de cana-de-açúcar, algodão, café e outros. Deste modo, o processo de colonialismo fundamentou-se na exploração

econômica de bens naturais primários, fundamentado no latifúndio, no trabalho escravo, na violência humana e ambiental e na concentração da terra e da renda (Brum, 1998).

Nesta direção, desde o início de tal processo, estabeleceu-se a concentração da terra, da renda e da brutal segregação ou desigualdade social, associada à destruição ambiental, em benefício de alguns privilegiados, guiados pelos interesses metropolitanos de acumulação.

Assim, desde o período colonial até a atualidade, os bens naturais do território brasileiro foram e estão sendo saqueados e depredados em nome de um suposto desenvolvimento econômico que apenas contabiliza o fluxo de produtos, mercadorias em prol de algumas pessoas ou empresas, sejam nacionais ou transnacionais. Neste contexto, não são respeitados os povos nativos, suas vidas, culturas, costumes e outros. De igual modo, não se considera o tempo geológico da terra ou o tempo da natureza e os elementos naturais que dela fazem parte. Diante disso, urge a necessidade premente e urgente de pensar e agir em prol do respeito aos povos nativos e seus descendentes, bem como, de uso parcimonioso e de cuidado com os bens naturais na perspectiva de legar para as gerações futuras (Trembl; Bazzanella; Marchesan, 2021).

Os pressupostos que justificam e sustentam o colonialismo sempre foram e continuam pautados na violência física e psicológica contra ou sobre os povos, especialmente os trabalhadores, que são aqueles que produzem a riqueza nacional. Assim foram os 400 anos de explícita escravidão realizada no Brasil pelos europeus, sobretudo pelos portugueses, que, de certa forma, continua sendo exercida por outros mecanismos.

Por estas e outras razões, ao longo desse processo, ocorreram no Brasil dezenas de revoltas populares contra as violências dos poderes estatal e religioso, dentre as quais podemos destacar: Palmares, em Alagoas, no século 17; dos Escravos, em 1835, na Bahia; Inconfidência Mineira, em Minas Gerais, no ano de 1789; Canudos, na Bahia, em 1893; Contestado, em Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916. A maioria destas

batalhas foram sufocadas pelo poder político, econômico e militar do Estado e pelas seguranças privadas (Brum, 1998).

Paralelamente, ocorreu o colonialismo, o qual continua ocorrendo, projetando a violência na exploração dos bens naturais por meio da destruição dos biomas e florestas, da poluição dos solos e águas e geração de outras formas de devastação ambiental.

A partir das décadas de 1970 e 1980 novas e travestidas relações de colonialismo passaram a se apresentar e se estabeleceram nos denominados países centrais – metropolitanos, ou “desenvolvidos” sobre outros países, denominados de colônias, ou “subdesenvolvidos” ou em “desenvolvimento”. Tal processo foi denominado por alguns estudiosos de neocolonialismo.

Novamente, a busca pela etimologia da palavra neocolonialismo nos ajuda a compreender as relações de poder, pois, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio (1986, p. 1.188), este termo significa “[De ne (o) + colonialismo] S.m. Domínio que um país exerce sobre outro, menos desenvolvido, não por sistema ou orientação política [mas, também], mas pela influência econômica e/ou cultural”.

## 2.1 ESTUDOS DECOLONIAIS

Para se contrapor ao histórico processo de colonialismo, apresenta-se o movimento mundial de anticolonização, também denominado de decolonialidade, conforme será abordado na sequência deste artigo.

Os estudos decoloniais constituem uma área de investigação, principalmente acadêmica, dedicada a analisar, interpretar e, sobretudo, contestar ou se contrapor às históricas estruturas de poder coloniais, bem como, às epistemologias e práticas que se reproduzem e, por vezes, se perpetuam, com influências nas sociedades contemporâneas, tanto em escalas regionais quanto globais. Este campo de estudos

ênfatisa a necessidade de reconhecimento e enfrentamento aos sistemas de colonialidade sobre os povos nativos, que foram e continuam sendo violentamente marginalizados pelos paradigmas dominantes ocidentais (Oliveira; Lucini, 2021).

Ademais, o conceito de decolonialidade, ou decolonialismo, refere-se ao “[...] process of undoing or dismantling the systems and ideologies of colonialism that were forcibly imposed [...]”<sup>4</sup>, processo este contínuo de superação das ideologias, sistemas e estruturas coloniais impostas, que perduram mesmo após o fim formal do colonialismo. Diferente da descolonização, que se concentra na independência política de territórios colonizados, a decolonialidade busca ir além, desafiando as narrativas e os valores estabelecidos durante o colonialismo. Isso envolve o reconhecimento e a valorização das vozes, culturas e saberes marginalizados pelo sistema colonial (Mahat *et al.*, 2024, p. 2).

A descolonização, enquanto processo, exige melhor compreensão dos impactos históricos e contínuos, tanto do colonialismo quanto do neocolonialismo. Não se trata apenas de reproduzir as narrativas da “independência política” de 1822, mas de desconstruir as estruturas coloniais remanescentes que continuam a influenciar diversos aspectos na vida social, política, econômica e cultural dos brasileiros. Como destacado por Ewuoso (2023), a descolonização visa a superação dos vestígios do colonialismo e o enfrentamento ao neocolonialismo, que, embora sutil, mantém o controle sobre as economias e formas de vida, mesmo após a “independência” formal das nações.

[...] neocolonialism is the indirect, informal, and sometimes subtle control of the people, their economy, and political life despite formal independence from colonizing authorities. I conceptualize neocolonialism as a system that involves direct and involuntary control of another’s political, economic, or

---

<sup>4</sup> Tradução livre: Processo de desfazer ou desmantelar os sistemas e ideologias do colonialismo que foram impostos à força.

social life, impacting their worldview and ways of encountering the world (EWUOSO, 2023, p. 1)<sup>5</sup>.

Destarte, o neocolonialismo implica em uma influência indireta e, muitas vezes, invisível sobre a autonomia e a autodeterminação de nações que, embora formalmente independentes, permanecem sob o impacto do legado colonial em suas instituições e processos sociopolíticos. Nessa toada, o país, embora formalmente independente, continua a ser influenciado, ou, até mesmo, dominado por poderes externos, políticos e econômicos, e que o torna refém nas relações exteriores, ou das formas de se relacionar com o mundo. Essa forma de controle mantém, ainda que de maneira velada, muitos dos mecanismos coloniais de subjugação (Ewuoso, 2023).

Além da “libertação política” da colonização, a decolonialidade propõe a emancipação cognitiva, isto é, exige o rompimento com os paradigmas estabelecidos pelo eurocentrismo. Isso implica a reconsideração dos “lugares de enunciação”, reconhecendo a validade de epistemologias que foram sistematicamente silenciadas pelo colonialismo. O “*locus* de enunciação” refere-se ao ponto de vista a partir do qual o conhecimento é produzido, enunciado e validado, ou seja, analisando-se quem fala, de onde se fala e com base em quais estruturas de poder e conhecimento se fala, infere-se que o saber não é neutro, mas intrinsecamente vinculado a relações de poder (Quijano, 2005).

Nessa perspectiva, o lugar de enunciação do conhecimento foi historicamente monopolizado pelas elites colonizadoras europeias, que impuseram suas epistemologias como supostamente universais, deslegitimando outras formas de saber

---

<sup>5</sup> Tradução livre: O neocolonialismo é o controle indireto, informal e, por vezes, sutil sobre o povo, sua economia e vida política, apesar da independência formal das autoridades colonizadoras. Eu conceitualizo o neocolonialismo como um sistema que envolve o controle direto e involuntário da vida política, econômica ou social de outro, impactando sua visão de mundo e suas formas de se relacionar com o mundo.

e impondo uma estrutura cognitiva que classificou povos e culturas segundo uma lógica hierárquica racial.

Euwoso (2023) aborda este processo como uma colonização do conhecimento, resultado da imposição de uma epistemologia específica, validada e universalizada pela perspectiva eurocêntrica, que marginalizou e deslegitimou outras formas de saber, especialmente as originárias de culturas indígenas e afrodescendentes, classificando-as como inferiores ou primitivas. A decolonialidade é, portanto, uma resposta crítica às narrativas correntes, com o objetivo de desconstruir essas hierarquias coloniais e propor novas maneiras de compreender o mundo, que não estejam baseadas apenas nos conhecimentos eurocêntricos.

É o fato de questionar e desmontar epistemologias que foram construídas a partir de uma perspectiva eurocêntrica e colonial. Este é um desafio para os estudos decoloniais, visto que existe o risco de que as estratégias de descolonização reforcem inadvertidamente as próprias estruturas de poder que pretendiam ser desconstruídas (Euwoso, 2023).

Neste contexto, o processo de neocolonialismo se apresenta, atualmente, em forma da propalada globalização política e econômica, que se desdobra paralelamente no neoliberalismo. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 25),

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz, em si mesmo, a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por razões naturais, na medida em que certas raças seriam naturalmente inferiores. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base a escravidão moderna) e, assim, essa tríade – Modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder.

A globalização como projeto político, econômico e ideológico contemporâneo, difundida e espraçada por todo o Planeta, caracteriza-se como mais uma das formas de colonialismo comandada pelo grande capital, que também pode ser denominado de neocolonialismo. Dito de outro modo, é mais uma das maneiras de se impor, dominar e explorar povos, retirando-lhes os parques direitos conquistados ao longo da história, às vezes, por sangrentas lutas, além de extrair ou saquear riquezas ou bens naturais dos territórios e colocá-los na ciranda do mercado, o qual privilegia e enriquece uma minoria e relega à pobreza a maioria.

No contexto do colonialismo capitalista e neoliberal recente, o neocolonialismo se manifesta, igualmente, por uma das formas mais agressivas de acumulação, que é a financeirização da economia. Dito de outro modo, o mundo é guiado pelos interesses das grandes corporações, sobretudo pelo mercado financeiro especulativo, que também atua e subjuga povos por meio da valorização de determinadas moedas, tais como o dólar e o euro. Tais variáveis reproduzem e intensificam a lógica do colonialismo por intermédio do grande capital, inclusive, apoiado pelos Estados metropolitanos sobre as colônias ou, infelizmente, dos países ditos de terceiro mundo.

Essa lógica do colonialismo e, mais recentemente, neocolonialismo financeirizado, fez e faz parte de um projeto geopolítico do regime de acumulação do capital, que gera crescentes formas de dominação e exploração dos povos e dilapidação dos bens naturais. Esse brutal processo é comandado, normalmente, pelo grande capital, mas é também chancelado pelos Estados, por exemplo, os europeus e os da América do Norte.

Em termos de Brasil, é importante dizer que as elites que aqui se constituíram, nunca almejaram, muito menos tiveram a intenção de construir um projeto nacional ou de desenvolvimento socioeconômico de país e de soberania. Uma das características de nossas elites foi e é atender os interesses externos ou metropolitanos, contribuindo, deste modo, para a reprodução da lógica do colonialismo.

Nesta direção, o controle global de povos e nações, exercido mediante uma hierarquia política e econômica global denominada de colonialismo, persiste desde a modernidade, principalmente, e com maior intensidade na contemporaneidade. Esse processo, é conhecido como a colonialidade. Essa hierarquia de estrutura econômica e política tem, dentre outros objetivos, manter a divisão desigual entre o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países em desenvolvimento). Com essa divisão, são mantidas as relações de reprodução e perpetuação da exploração econômica e da subjugação política dos povos anteriormente colonizados (Quijano, 2005).

A colonialidade do poder que gera a estratificação social da população mundial também se manifesta na esfera do saber, em que o eurocentrismo domina a produção e a validação do conhecimento. O conhecimento ocidental foi imposto como universal, enquanto os saberes locais, como o dos povos indígenas, foram marginalizados e gradativamente desvalorizados. Esta dominação epistêmica sustenta a hegemonia cultural e da ciência ocidental, reproduzindo e perpetuando concepções de que apenas o conhecimento europeu é válido, superior, reconhecido e até infalível. Ademais, a colonialidade permanece como uma matriz social, política e econômica de poder que mantém as desigualdades sociais globais (Quijano, 2005).

Em relação à crise ambiental, por exemplo, pode-se traçar diversas interseções entre a colonialidade do poder e a crise ambiental contemporânea, também denominada de civilizatória. Malcom Ferdinand (2022) argumenta que o racismo e a colonialidade, além de definirem quem é mais vulnerável à destruição ambiental, contribuem para a construção e manutenção de uma sociedade fundamentada na exploração e destruição da natureza.

A interligação entre a crise ambiental atual, que é uma crise civilizatória vinculada ao modo de produção capitalista, e o colonialismo, é o que permite a compreensão do momento em que se vive no início do corrente século 21. A separação dessas duas esferas impede uma compreensão mais ampla da crise contemporânea. Inclusive, os discursos ambientais são influenciados pelo colonialismo, visto que,

frequentemente, marginalizam as vozes dos povos racializados e colonizados. Nas arenas dos discursos ambientais, muitas vezes, discursos a partir de conceitos e aspectos ocidentais, aqueles racializados são frequentemente sub-representados, o que perpetua uma visão limitada e eurocêntrica também das questões ecológicas (Ferdinand, 2022).

Esse controle e exploração dos bens naturais por meio de uma cosmologia ocidental é parte da “colonialidade da natureza”. Nessa perspectiva, a natureza é tida como um recurso inerte, um meio para atingir um fim, mesmo que seja a qualquer custo, ou ainda, disponível para ser explorado e dominado. Com sua fundamentação no etnocentrismo e antropocentrismo ocidentais, a colonialidade da natureza marginaliza outras cosmologias que reconhecem a interdependência entre humanos e o meio ambiente (Quijano, 2005).

Novamente, é uma extensão do poder colonial que se materializa e se perpetua mediante práticas de controle e exploração dos bens naturais, ignorando e suprimindo as formas de conhecimento e práticas de manejo ambiental dos povos originários e comunidades locais, que atuavam em equilíbrio com a natureza e não possuíam a visão exploratória ocidental (Quijano, 2005).

A colonialidade do saber, por seu turno, manifesta-se também no campo ambiental, quando as práticas e conhecimentos tradicionais são ignorados e desvalorizados frente à ciência moderna ocidental. Esta hierarquização do conhecimento legitima a exploração ambiental desenfreada, contribuindo para a degradação ambiental e para a perpetuação de desigualdades sociais (Oliveira; Lucini, 2021).

## 2.2 DECOLONIALIDADE COMO ALTERNATIVA ANALÍTICA

Por conseguinte, na atualidade, é imprescindível trabalhar com conceitos decoloniais em conjunto com os movimentos decoloniais contemporâneos. Tais movimentos não são expressamente assim denominados, porém, buscam uma transformação na visão para pensar e atuar no mundo, articulando concepções e práticas de vida mais sustentáveis e justas. Cabe ressaltar dois documentos que trabalham nessa direção: a Carta da Terra (2024)<sup>6</sup> e a Encíclica Laudato Si (Encíclica..., 2015)<sup>7</sup>.

A Encíclica Laudato Si (Encíclica..., 2015) está alicerçada na teologia católica e nos ensinamentos morais, é, principalmente, direcionada aos membros da Igreja Católica, mas, também, ao público global de todas as religiões e crenças.

A Carta da Terra (2024), por outro lado, é um documento fundamentado em princípios éticos, criada por meio de um processo global, inclusivo e participativo,

---

<sup>6</sup> A iniciativa para redigir a Carta da Terra teve origem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992. A ideia da Carta da Terra surgiu como resposta à insuficiência de um compromisso ético global mais explícito durante a conferência. Este documento está organizado em quatro grandes princípios: "Respeito e cuidado pela comunidade da vida", "Integridade ecológica", "Justiça social e econômica", e "Democracia, não-violência e paz". Esses princípios refletem a necessidade de uma mudança de paradigma em direção à sustentabilidade e à equidade global, promovendo valores de cooperação, respeito pelos direitos humanos, preservação ambiental e promoção da paz (Carta da Terra, 2024).

<sup>7</sup> Subintitulada "Sobre o cuidado da casa comum", é um documento publicado em 2015 pelo Papa Francisco, líder da Igreja Católica, que tem como foco central a questão ambiental, abordando as crises ecológicas e suas interconexões com questões sociais e econômicas. O título "Laudato Si" ("Louvado seja") é uma referência direta ao "Cântico das Criaturas", escrito por São Francisco de Assis, que expressa louvor a Deus por todas as criações da Terra. A origem da encíclica encontra-se nas preocupações do Papa Francisco acerca da degradação ambiental global e das desigualdades sociais que, em sua visão, estão intimamente ligadas a essa crise. Ela está dividida em seis capítulos, onde cada um aborda diferentes aspectos da crise ecológica e suas implicações sociais. O primeiro capítulo examina a atual crise ambiental, incluindo poluição, perda de biodiversidade e mudanças climáticas. No segundo, o Papa Francisco reflete sobre a criação à luz da fé cristã. O terceiro capítulo identifica as raízes humanas da crise, criticando o antropocentrismo e a tecnocracia. No quarto, propõe-se uma ecologia integral, que interliga as dimensões ambiental, econômica e social. O quinto capítulo oferece orientações práticas para a ação, enquanto o sexto enfatiza a necessidade de uma mudança de mentalidade por meio da educação e espiritualidade ecológica.

envolvendo milhares de indivíduos e organizações. Foi projetada para um público global, incluindo governos, instituições educacionais, organizações da sociedade civil e indivíduos.

Ambos os documentos delineiam em seus princípios éticos a ecologia integral, sublinhando a interconexão das dimensões ambiental, social, econômica e cultural. A *Laudato Si* (Encíclica..., 2015) enfatiza que o cuidado ambiental não é apenas uma questão técnica ou política, mas, uma obrigação ética e moral. Este documento insta a humanidade a reconhecer a interdependência das suas ações no ambiente, destacando que a degradação ambiental tem consequências diretas sobre a qualidade de vida, especialmente dos mais pobres e vulneráveis.

A Carta da Terra (2024), por sua vez, advoga por uma compreensão holística da Terra e das relações humanas consigo e com o meio, preconizando o respeito à toda comunidade de vida e a valorização intrínseca de todos os seres vivos. Este documento assinala que todas as formas de vida estão interligadas e dependem umas das outras, o que exige abordagens integradas e sistêmicas para enfrentar os desafios socioambientais que se apresentam. Ao reconhecer esta interdependência, o documento propõe um ethos de responsabilidade compartilhada e de respeito mútuo, destacando a necessidade do compromisso coletivo com práticas sustentáveis e que promovam a vida em sua plenitude.

Seguindo nesta mesma linha, ambos os documentos pregam um novo ou diferenciado desenvolvimento, ou seja, uma sociedade sustentável e o respeito aos limites ambientais do Planeta. Ainda: um apelo por um modelo de desenvolvimento mais humano, solidário, cooperativo, de cuidado com a casa comum – a Terra –, bem como, de respeito aos bens naturais, apontando para a necessidade da construção de uma sociedade sustentável. Contrapõe-se à exploração desenfreada dos bens naturais, que é motivada unicamente pelo modo de produção capitalista e que objetiva a plena exploração, o pleno consumo, o lucro e o descarte.

A decolonialidade apresenta-se na direção de rever conceitos e preconceitos da sociedade ocidental, e a necessidade de compreensão do colonialismo e suas relações e consequências, bem como, a urgência de rever as relações humanas com o ambiente. Assim, o documento da Laudato Si (Encíclica..., 2015) sublinha a necessidade de se considerar os limites ambientais da Terra, enfatizando que a busca incessante pelo crescimento econômico não pode se dar às custas somente da exploração do meio ambiente. Além disso, clama por uma mudança de paradigma que privilegie o bem-comum e a sustentabilidade a longo prazo, ao invés de benefícios estritamente econômicos e imediatos.

De forma complementar, a Carta da Terra (2024) destaca a importância de proteger e restaurar os sistemas ecológicos da Terra e promover padrões de produção e consumo que sejam sustentáveis. Este documento propõe uma visão de sustentabilidade que inclui não apenas a conservação dos bens naturais, mas, também, a regeneração dos ecossistemas degradados. A sustentabilidade deve ser um princípio orientador em todas as esferas da vida, desde as políticas públicas até as práticas individuais, promovendo o equilíbrio entre as atividades humanas e a capacidade regenerativa natural do Planeta.

Conseqüentemente, pode-se afirmar que os documentos, tanto a Laudato Si (Encíclica..., 2015) quanto a Carta da Terra (2024), convergem na defesa de uma ética ecológica que transcende abordagens e práticas, normalmente e fortemente extrativistas e fragmentadas, e promovem uma visão integrada e ecológica que abarca todas as dimensões da existência humana e das demais formas de vida do Planeta. Estas perspectivas reforçam a necessidade de uma mudança de paradigma, de concepção, produção, transformação e consumo e que reconheça a interdependência de todos os sistemas de vida e a obrigação moral e ética de cuidar da Terra e dos bens naturais como bens comuns.

A decolonialidade propõe a valorização e a consideração aos saberes tradicionais, reconhecendo a importância das práticas e conhecimentos dos povos

indígenas e comunidades tradicionais que, durante séculos, desenvolveram modos de vida sustentáveis e harmoniosos com a natureza. Esses saberes e práticas são frequentemente fundamentados na interdependência entre os seres vivos e o meio ambiente, algo que apenas setores da ciência ocidental estão apenas começando a reconhecer. Ao trazer esses conhecimentos para o centro das discussões sobre sustentabilidade e justiça ambiental, a decolonialidade não repara uma injustiça histórica.

A interdependência entre todos os seres vivos e o meio ambiente reconhece que os seres humanos não são separados da natureza, mas, parte integrante dela; portanto, as ações humanas têm impacto direto sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre todas as formas de vida. Reconhecer essa interdependência implica na adoção de abordagens éticas e responsáveis em relação ao uso dos bens naturais, mediante a promoção de práticas que viabilizem a sustentabilidade a curto, médio e longo prazos.

Além disso, ao destacar a interdependência, a concepção de decolonialidade e os dois documentos apresentados apontam para uma visão de justiça social e ambiental. Afinal, a degradação ambiental mundial afeta desproporcionalmente os mais pobres e vulneráveis, que não são os responsáveis pela crise ambiental em curso. Então, qualquer solução para a crise ambiental deve, necessariamente, abordar as questões de equidade e justiça socioeconômica. Isso significa incluir as vozes e as perspectivas das comunidades marginalizadas e respeitar seus conhecimentos e práticas tradicionais na formulação de políticas e estratégias ambientais presentes e futuras.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O colonialismo no Brasil, iniciado há mais de cinco séculos, deixou marcas que ainda ecoam na sociedade contemporânea, tanto nas estruturas políticas e econômicas quanto nas relações sociais. Na época do início da colonização, fazia parte da

geopolítica das metrópoles europeias buscar o expansionismo político e econômico, a conquista de territórios por meio da submissão e escravização dos povos nativos, apropriação da riqueza e outras maneiras de dominação e exploração.

Esse processo, fundamentado na exploração, na caça e na matança dos povos nativos e na escravização, principalmente de africanos, e na extração desmedida de bens naturais, moldou as bases de uma sociedade desigual, tendo como uma das características a concentração de renda e terra. A persistência dessas desigualdades evidencia que os efeitos nefastos do colonialismo ainda estão presentes, perpetuados em novas formas de dominação, como o neocolonialismo e a globalização capitalista.

Recentemente, em abril de 2024, o Primeiro-Ministro de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, reconheceu os crimes do país com os negros africanos e os povos originários (indígenas) escravizados no Brasil, ainda na era colonial. Por isso, em atitude de humildade, reconhecimento, sentimento e humanismo, pediu perdão e sugeriu reparação ao Brasil.

Nesse segmento, o conceito de decolonialidade emerge como uma ferramenta analítica para revisitar essas estruturas herdadas e propor alternativas ao paradigma colonialista. A decolonialidade desafia as epistemologias impostas pelo eurocentrismo, valorizando os saberes e culturas subalternos, frequentemente marginalizados. Isso implica uma reavaliação crítica das políticas econômicas e sociais e das formas de produção de conhecimento, as quais, muitas, continuam a reproduzir relações de poder desiguais.

O reconhecimento de que o neocolonialismo continua a exercer controle real e sutil sobre nações formalmente independentes reforça a urgência de uma abordagem decolonial, seja mediante a educação formal ou a não formal. O modelo econômico neoliberal, aliado à financeirização global, intensifica as relações de exploração de povos e recursos naturais, perpetuando o legado colonial sob novas roupagens.

O processo de colonialismo brasileiro, com suas raízes históricas na exploração econômica e na subjugação de povos, portanto, continua a influenciar as dinâmicas

sociais, políticas e econômicas do país. A persistência dessas desigualdades e formas de dominação, tanto em níveis nacionais quanto globais, reflete a complexidade das relações estabelecidas ao longo de séculos de colonialismo, e, mais recentemente, o neocolonialismo. Esse legado histórico, permeado por injustiças socioeconômicas e processos de exclusão, permanece um campo fértil e urgente para estudos que buscam compreender o desenvolvimento do Brasil em um contexto de contínuas transformações geopolíticas.

## REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; Ijuí (RS): Editora Unijuí, 1988.

CARTA DA TERRA. **A Carta da Terra Internacional**. Disponível em <https://cartadaterrainternacional.org/sobre-nos/>. Acesso em: 6 set. 2024.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ENCÍCLICA LAUDATO SI. **Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html). Acesso em: 6 set. 2024

EWUOSO, Cornelius. Decolonization projects: achieving inclusion with cultural sensitivity. **Voices in Bioethics**, v. 9, 2023. Disponível em <https://journals.library.columbia.edu/index.php/bioethics/article/view/11940>. Acesso em: 6 set 2024

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano

de Ciências Sociais, 2005. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 5 jul. 2024.

MAHAT, Dipak *et al.* Decolonization in focus: a bibliometric analysis of scientific articles from 2010 to 2023. **Nepal Journal of Multidisciplinary Research (NJMR)**, v. 7, n. 1, p. 1-21, march 2024. Disponível em:  
<https://www.nepjol.info/index.php/njmr/article/view/65142>. Acesso em: 6 set. 2024.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, p. 97-115, jan./mar. 2021. Disponível em:  
<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. p. 107-130. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 5 jul. 2024.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. *In*: SACHS, Wolfgang. *Um só mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 355-370.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TREML, Schneider Krishna; BAZZANELLA, Sandro; MARCHESAN, Jairo. Considerações históricas, jurídicas e ambientais brasileiras. **Revista Opinião Filosófica**, v. 12, p. 1-25, 2021. ISSN: 2178-1176. Disponível em:  
<https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1026>.